



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE
2014** -----

Aos dezassete do mês de abril de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

Faltaram à presente sessão os deputados municipais José Francisco Teixeira Lopes, João Armando Saraiva Pereira de Almeida, José Marcelino Gonçalves Silva, José Mário Machado Queirós e José Ferreira da Mota, tendo apresentado as devidas justificações, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas. -----

O deputado municipal Alfredo Manuel Lopes Pinto Coelho Mendonça, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Armanda Marinho de Moura Peixoto Zimmerman. O deputado municipal João Diogo Alarcão de Carvalho Branco, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Carlos Alberto de Oliveira Rodrigues -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Face à ausência do Primeiro Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, interinamente, e para esta reunião, o senhor Presidente da União das Junta de Freguesia de Campanhó e Paradança, Joaquim Augusto Silva Pereira, para desempenhar as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Pelas dezoito horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1- Antes da ordem do dia -----

1.1 - Assuntos gerais de interesse para o Município -----

A deputada municipal Marília Coelho Ribeiro Costa iniciou a sua intervenção manifestando o seu desagrado pessoal quanto à escolha da hora de realização desta assembleia. É católica praticante e gostaria muito de poder participar nas cerimónias religiosas que vão decorrer daqui a uma hora. A sua segunda questão prende-se com uma participação feita à Câmara Municipal. Esclareceu que participou da ausência, via on-line, a 29 de novembro de 2013, na página do município, do regulamento da Escola de Música na página do município, sendo que, até à presente data, não lhe foi dado a conhecer o ponto da situação da sua participação, acompanhada de uma sugestão. Acrescentou que, contudo, antes de vir para esta reunião, consultou a página do município para aferir o ponto da situação, tendo verificado que já consta na página o referido regulamento. Assim, e depois de analisado e estudado, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que se digne solicitar ao senhor Presidente da Câmara a data da aprovação do referido regulamento, dado que o mesmo, não está datado. De seguida, referiu que não lhe foi dada resposta aos requerimentos apresentados por si em sede desta assembleia municipal, pelo que questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

no sentido de ser informada sobre quais as diligências que deve tomar para ser informada sobre às questões por si requeridas. Para terminar, demonstrou a sua preocupação enquanto munícipe sobre a ação levada a efeito pela Câmara Municipal quanto ao arranque das árvores da via pública e sua substituição por outras novas. Como é do conhecimento de todos, está-se numa situação financeira débil, onde a ética da gestão orçamental deve prevalecer, no sentido da contenção das despesas. Assim, e para que possa estudar e analisar o assunto, requereu que lhe fosse facultada uma cópia do projeto de arborização da via pública de Mondim de Basto, que tem o seguinte objetivo: estudar e analisar os custos inerentes ao projeto. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, iniciou a sua intervenção fazendo uma interpolação à Mesa relativamente aos requerimentos apresentados na última sessão, sendo que iria ver se a informação solicitada consta da informação do executivo e alertando para o facto de ainda faltar a resposta a um deles. -----

O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que ainda não tinha dado resposta a esse requerimento por ainda não ter obtido resposta por parte da Câmara Municipal. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, referiu que o senhor Presidente da Assembleia tem que mostrar ao senhor Presidente da Câmara que ele tem de cumprir a lei senão entra-se de novo na mesma história e não são dadas respostas. Chamou a atenção para o facto de na assembleia anterior ter sido questionado pelo Partido Socialista sobre questões da Junta de Freguesia mas entende que as questões da Junta de Freguesia devem ser discutidas na Assembleia de Freguesia e é lá que devem ser colocadas as questões da freguesia. Aqui discutem-se assuntos da Assembleia Municipal e do município. Eu espero, já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

foi prática no mandato anterior, são colocadas aqui questões da freguesia mas a freguesia tem a sua Assembleia, tem o seu funcionamento. Mas referiu que iria responder porque foi sempre a sua prática em oito anos como político. Esclareceu o senhor Vereador, Paulo Mota, que a freguesia de Mondim de Basto, no seu programa em 2005, prometeu praias fluviais em Pedravedra e no Cabril não as tendo concretizado porque o povo de Pedravedra disse que não valia a pena. No que respeita ao Cabril, os habitantes de Vilar de Viando disseram que iam arranjar um terreno mas nunca arranjaram. Considera que é lamentável que a Câmara, dona de um terreno, só passados quatro anos é que consegue fazer lá qualquer coisa e o que fez foi imitar a Junta de Freguesia. Considera que a autarquia é que tem de estar mais atenta ao seu programa eleitoral pois não cumpriu nada. Para terminar de vez com a questão do hotel das rãs, afirmou que o próprio, Fernando Gomes, presidente da Junta de Freguesia, não ficou de resolver o problema do hotel das rãs. Foi o Partido Socialista que apresentou uma proposta e, para quem tiver dúvidas, é só consultar o site do PS pois está lá a sua proposta, e não ad Fernando Gomes nem da Junta. Passou a ler a proposta que se transcreve: *«O Partido Socialista propõe solução para o Hotel das Rãs. O Partido Socialista de Mondim de Basto, em todas as assembleias municipais, levanta a questão do hotel abandonado na Avenida Dr. Augusto Brito e em todas elas é confrontado, ou com silêncio, ou com respostas evasivas que tentam fazer crer que a questão não é da responsabilidade da autarquia. Farto dessa discussão inconsequente, o PS apresentou na última Assembleia Municipal, sob forma de uma proposta, um conjunto de iniciativas que, ao abrigo da lei, oferecem à autarquia a possibilidade de solucionar o problema»*. Questionou, uma vez que o Partido Socialista está dentro da Câmara, porque é que não resolve este problema? É fácil atirar pedras aos outros. Face ao total alheamento e consequente ausência de medidas por parte da Câmara Municipal para resolver o problema do Hotel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

das Rãs, e de forma a prevenir que situações semelhantes venham a ocorrer, a proposta propunha que se definissem regras concretas a que devem sujeitar-se os edifícios inacabados e que afetem, como é o caso, a qualidade do meio urbano, a paisagem urbanística, o meio ambiente, a salubridade e a estética da nossa vila. Porque é que o Partido Socialista que está agora na Câmara não resolve? Concluiu dizendo que esta proposta está no site do Partido Socialista, não está no site da Junta de Freguesia nem está no site do CDS-PP. Outra questão que colocou respeita à questão da ETA. O Partido Socialista, no seu tempo de oposição, criticava e dizia que havia soluções. Sabe que só são necessários cerca de cento e quarenta mil euros para concluir a ligação para Atei e para Mondim de Basto, pelo que perguntou porque é que isso não é feito. Onde é que está a solução? Será que temos que gastar dinheiro em outras coisas supérfluas e não nos preocuparmos com a questão do abastecimento de água? Sabe que há uma candidatura que foi feita. Foi aprovada ou não? Outra questão que colocou foi no sentido de saber se, quando as outras freguesias requisitam serviços e máquinas da autarquia, as freguesias têm de pagar pneus, gasóleo, discos e outras coisas por aí em diante. Lamentou que a freguesia de Mondim pedisse uma máquina para o asfalto, para colocar manilhas, e tenha sido confrontada com o pagamento do disco. Isto é vergonhoso. A freguesia de Mondim de Basto pediu apoio à Câmara para uma situação de umas pedras que estão a cair no quintal de uma casa, onde estavam em perigo crianças, a autarquia foi lá com a máquina e deu um jeitinho e depois disse que ia lá com a giratória e fez-nos uma proposta de que com a giratória custava cerca de novecentos euros e, lamentavelmente, a Junta de Freguesia pediu um orçamento a uma empresa que orçamentou duzentos euros e fez o serviço. Isto é vergonhoso. É assim o tratamento com as outras freguesias, senhor Presidente da Câmara? A Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Mondim é diferente? De seguida, e dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia, referiu que tinha sete requerimentos sendo que, com todo o respeito, era bom que esses requerimentos tivessem respostas em seu tempo porque a freguesia irá tomar providências junto de outras entidades, denunciando esse tipo de omissão de respostas. De seguida passou a ler os requerimentos que se transcrevem: Primeiro requerimento: *«Venda de viaturas: No momento em que for apresentado o relatório da Conta de Gerência solicita-se que seja apresentada a rubrica que contém o recebimento das quantias pela venda das viaturas em 2012-2013. Saber quem efetuou o pagamento, certamente em dinheiro, uma vez que a empresa está encerrada fiscalmente. Por fim, e caso os créditos não tenham sido recebidos, onde está a evidência deste crédito da Câmara»*. Segundo requerimento: *«Obras realizadas sem concurso: Verifica-se que várias obras foram realizadas antes dos procedimentos concursais definidos na Lei, como se pode constatar no Portal Base de Contratos Públicos Online. Sendo que é do conhecimento que as obras abaixo referenciadas foram alvo de inauguração e devidamente publicitadas nos meios de comunicação social. Neste sentido, solicitamos quais os motivos desta inversão de procedimentos, que não cumpriram os princípios do Código de Contratação Pública, destacando-se: Pavimentação do Adro da Capela de S. Bartolomeu; empreitada de pavimentação da envolvente à capela de Campos; Aquisição e instalação de equipamentos de apoio a autocaravanas; Execução de abrigo de passageiros de Varzigueto; Execução de muros de suporte em Atei»*. Terceiro requerimento: *«Mapas de execução: Venho solicitar o ficheiro com mapa de Execução Orçamental, o Mapa de Execução do PPI e o Mapa de Atividades mais relevantes até à presente data»*. Quarto requerimento: *«Apreensão da retroescavadora – Venho solicitar esclarecimento relativamente às razões que levaram à apreensão da retroescavadora do município. Saber da veracidade da informação em que a retroescavadora à guarda do Presidente do município executou trabalhos no período em que estava apreendida, tendo sido por isso mesmo novamente intimada pelas autoridades»*. Quinto requerimento:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

«Contratação de serviços de advogado – Considerando que os ajustes diretos carecem de fundamentação, nomeadamente a inexistência de recursos humanos do município para execução de serviços para contratar, solicito o despacho que determinou a abertura do procedimento de contratação do advogado Dr. João Pedroso para a elaboração da reclamação à ON2, citada na informação da Câmara». Sexto requerimento: «Recuperação do IVA: Relativamente à recuperação do IVA, vimos solicitar esclarecimentos sobre as razões que levaram à aquisição de serviços por uma empresa, quando a Câmara tem técnicos para o fazer, nomeadamente quatro economistas, dois juristas, uma advogada avençada, entre outros que poderiam colaborar e apoiar. Ainda assim, saber por que razões não foram consultadas outras empresas que poderiam apresentar propostas mais vantajosas para o município. Partindo da informação prestada pelo senhor Presidente, a Câmara vai dar quarenta por cento do valor a recuperar, quando temos conhecimento que outros municípios contratam esses serviços e não pagam mais do que quinze por cento sem qualquer valor à cabeça. Neste sentido, vimos solicitar fundamentação para esta decisão». Sétimo requerimento: «Contratos Públicos: O Código dos Contratos Públicos prevê a figura do ajuste direto para a contratação de empreitadas de obras públicas e de aquisição de bens e serviços. O mesmo código define quais os princípios que devem nortear esse tipo de contratações que são o princípio da transparência, o princípio da igualdade e o princípio da concorrência. De uma análise extraída do Portal Base, no qual é obrigatória a publicitação de todos os contratos elaborados pela Câmara Municipal, nos termos do Código dos Contratos Públicos, constata-se que, desde que tomou posse em 2009, o executivo socialista abriu duzentos e trinta e oito procedimentos concursais. Desses duzentos e trinta e oito procedimentos, duzentos e vinte e sete são por ajuste direto e onze por concurso público. Quer isso dizer que noventa e cinco por cento da contratação pública é, por escolha direta do Presidente da Câmara, da empresa que quer contratar, sendo que a grande maioria é com escolha direta de apenas um único concorrente. Sem questionar a legalidade jurídica desta forma de gestão municipal, mas pondo em causa a gestão político-partidária do executivo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

maioria socialista e sendo esta matéria da competência do senhor Presidente da Câmara, solicito esclarecimentos para as seguintes questões: 1- Que critérios são seguidos para a escolha dos concorrentes para cada concurso? 2- De que forma é assegurado o princípio da concorrência previsto no nº4, do art.º 1 do Código dos Contratos Públicos? 3- De que forma é assegurado o princípio da igualdade de oportunidades igualmente previsto no referido código? 4- De que forma é assegurado o princípio da transparência de igual forma previsto no Código dos Contratos Públicos? 5- Para terminar, de que forma é assegurada a não existência de risco agravado de corrupção ativa ou passiva prevista no nº1, alínea a), do art.º2 da Lei 54/2008 que criou o Conselho de Prevenção da Corrupção?». -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo iniciou a sua intervenção enaltecendo e registando o empenho do senhor Presidente da Câmara na defesa daquilo que realmente importa para o concelho que são a manutenção dos serviços públicos, nomeadamente as questões ligadas ao centro de saúde, às finanças, às questões ligadas às acessibilidades a Mondim. Para além disso, a questão dos médicos do centro de saúde já chegou a bom porto pelo que solicitou que o senhor Presidente esclarecesse melhor sobre o ponto de situação. Deixou também outra questão a propósito do encerramento do tribunal, sendo que a apreciação parlamentar da Lei do Novo Mapa Judiciário vai ser debatida no próximo dia dois de maio na Assembleia da República, pelo que questionou os senhores membros da bancada «Juntos Pela Nossa Terra» se já têm alguma manifestação da intenção do sentido de voto dos seus deputados na Assembleia da República e se vão permitir que os deputados aprovem uma Lei que prejudica o município. -----

O deputado municipal Carlos Alberto de Oliveira Rodrigues entregou uma folha ao senhor Presidente da Câmara e usou da palavra para dizer que, sendo natural da freguesia de Atei, com muito orgulho, lhe custa profundamente que o senhor Presidente da Câmara tenha levado a cabo as comemorações dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

quinhentos anos do foral e que tenha demarcado a freguesia de Atei disso. Referiu que o senhor Presidente da Câmara tinha uma prova à sua frente como Atei sempre teve foral. Acrescentou que tem cinquenta e três anos e sempre ouviu falar no Foral de Atei, tendo aliás várias brochuras que documentam que Atei sempre teve Foral. O senhor Dr. Teixeira Lopes tem um livro onde refere na página cento e vinte e nove que *«Atei assumiu uma determinada importância quando lhe foi concedido o Foral no dia três de junho de 1514»*, e na página seguinte refere o que é que os casais de Atei pagavam anualmente pelo facto de lhes ter sido concedido esse foral. A senhora Dra. Olinda, também tem dois excertos de um livro publicado onde, quando fala de Ermelo, remete para o Foral de Atei. Questionou sobre como é que uma pessoa que tem um livro editado e remete para o Foral de Atei, depois chega à triste conclusão que Atei não teve foral. Isto custa-lhe profundamente e gostava que o senhor Presidente da Câmara reconsiderasse porque se não houver ninguém em Atei que comemore a data do três de junho, dia do Foral de Atei, poderá ser o próprio sozinho a fazê-lo mas que com toda a certeza que Atei vai ter a comemoração. -----

O deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos iniciou a sua intervenção no sentido de colocar duas pequenas perguntas relativamente à intervenção que foi feita pelo seu colega Carlos Macedo. A sua primeira pergunta é, se há essa melhoria em termos de médicos, então existe serviço de urgências? E qual o horário em que elas vão funcionar. Quanto à votação que irá ser feita na Assembleia da República relativamente ao Mapa Judiciário, entende que a oposição tem a mesma força de influência que o Partido Socialista teve quando o governo socialista, apoiado pelos deputados socialistas, fechou várias valências nos serviços de saúde em Mondim e fechou várias escolas. A força de influências é exatamente a mesma. Ou seja: é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nenhuma. Portanto entende que não se deve estar aqui a criar demagogias e tentar tirar proveito de uma situação pois todos sabem que quando foi necessário lutar estiveram todos lado a lado, não havia partidos. Trabalharam todos para o mesmo objetivo. Uma vez que a decisão está praticamente tomada, é quase certa, não se deve tentar tirar dividendos locais de uma influência que todos sabem que não a conseguem ter. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à senhora deputada Marília Coelho Ribeiro Costa, referiu que primeiro não existia um regulamento, agora tem um regulamento mas o regulamento não está datado, não sabendo o que responder. Entende que a deputada municipal se decidiu meter com a Escola de Música, se não for a Escola de Música é outra coisa qualquer. Em todas as reuniões teve este espírito. Acrescentou que, de facto, o regulamento não estava na página mas estavam todos os outros. Se se fizer a comparação da página do município com outros órgãos, se há outros órgãos que reclamam a transparência, verifica-se a inexistência de atas e regulamentos. O regulamento da Escola de Música de facto não constava da página do município mas já consta. Os regulamentos têm uma data de aprovação, eles são aprovados, esse é um formalismo dispensável. Não vale a pena perder tempo com um regulamento que não estava, passou a estar e agora não está datado. Sobre a questão do arranque das árvores, as árvores foram substituídas porque as que estavam no local foram transplantadas para outro local. Entendeu-se que aquelas árvores, sendo um dos sítios com maior visibilidade do núcleo urbano, não estavam dentro daquilo que se considera ser os parâmetros estéticos e foram transplantadas para outro local e no seu lugar foram plantadas outras árvores. A única crítica que pode fazer e o reparo, e fez isso, é que provavelmente terá sido um pouco tardio. O resto são procedimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

normais e correntes da autarquia. Sobre as questões do senhor Presidente da Junta de Mondim, enfim, é o estilo habitual, referiu que o mesmo referiu que não quer tratar dos assunto da Junta mas passou a intervenção toda a falar da Junta de Freguesia. Considera que é o autor do recado e depois é o destinatário do próprio recado. Sobre a questão da ETA custar cento e quarenta mil euros, referiu que não sabe quanto é que custa, não sabe quem é que lhe forneceu esses dados. De facto a candidatura foi apresentada, não está ainda aprovada mas não é por responsabilidade da Câmara, não são os cento e quarenta mil euros, são muitos mais. Esse dado, esse apuramento, não existe porque se fosse tão fácil pôr a estrutura a funcionar certamente que já estaria. É um problema complexo e já foi aqui várias vezes debatido. Relativamente aos requerimentos entregues à Mesa, regista apenas que mais uma vez fugiu a palavra para o insulto e a insinuação. O problema aqui não é fazer as perguntas, é as insinuações que são feitas, porque veio aqui com os ajustes diretos e depois lá fugiu a boca para a corrupção. Afirmou que já estava habituado a este estilo, a este registo, que o senhor Presidente da Junta de Freguesia passa a vida a insinuar, a apresentar requerimentos, hoje foram sete, para a próxima serão catorze, enfim. Terminou dizendo para fazer aquilo que entender, para se manter nessa linha da suspeita, desse tom agressivo, muitas vezes a roçar a má educação no tom que usa para se dirigir ao Presidente da Câmara. Sobre a questão do famoso hotel das rãs referi que era bom dizer-se que, a partir de maio de 2009, a Câmara desligou-se enquanto acionista do prédio porque a Câmara, e considera estar à vontade porque não estava presente nessa reunião, doou as ações do município à Santa Casa. É um problema que de facto existe no município, tendo já solicitado à Santa Casa uma reunião para ver o que se pode fazer, sendo que nestas coisas os problemas resolvem-se em concertação e em diálogo. A Santa Casa é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

instituição prestigiada. A Câmara está naturalmente preocupada com essa situação mas não deixa de registar que quando o senhor Presidente da Junta disse que era o Partido Socialista que fazia as intervenções era o senhor Fernando Gomes que as fazia. No mandato 2005 e 2009 todas as intervenções sobre o chamado hotel das rãs eram feitas pelo Partido Socialista mas era o próprio. Reafirmou que é necessário trabalhar em diálogo permanente com a Santa Casa e certamente que o senhor Provedor e todos os órgãos sociais da Santa Casa estarão também com o mesmo espírito de resolver a situação. Sobre a intervenção do senhor deputado Carlos Filipe Meireles Macedo, de facto a questão dos serviços públicos é uma questão que nos tem preocupado e lamentou que numa semana em que o problema foi a falta de médicos a senhora deputada Marília Coelho Ribeiro Costa venha aqui falar de um regulamento em que falta a data. Esta questão dos serviços públicos é uma questão essencial. O tribunal encerrou, o centro de saúde tem sido sucessivamente desqualificado, está anunciado o encerramento do serviço de finanças. Concordou com o senhor deputado Francisco Miguel Barros da Silva Ramos quando referiu que todos os partidos políticos estiveram aqui na luta contra o encerramento do tribunal, infelizmente não se conseguiu esse objetivo, e também espera que no futuro, se for necessário, possam também estar juntos nessa luta. Entende que os problemas do concelho são exatamente esses: a extinção dos serviços públicos, a falta de acessibilidades, foram apresentados dois relatórios sobre infraestruturas de alto valor acrescentado rodoviária e em nenhum deles consta a variante do Tâmega. Foi pedida uma audiência ao senhor ministro do desenvolvimento regional pelos três municípios (Mondim, Celorico e Cabeceiras). Isto é que são verdadeiramente assuntos que interessam às pessoas de Mondim. Tudo o resto são questões de política mas que verdadeiramente não interessam e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

resolvem muitos daqueles que são os problemas das pessoas. Relativamente ao senhor Carlos Rodrigues que lhe deixou uma cópia, referiu que a forma ostensiva como o senhor pôs isto aqui não lhe parece que tenha sido de bom-tom. Considera que não lhe ficou bem a forma como se dirigiu ao Presidente da Câmara. Considera que o tratou com todo o respeito e que devia ser tratado da mesma forma e considera que a forma como o senhor Carlos Rodrigues chegou aqui antes de usar da palavra, quis fazer aqui um número, podia-lhe ter saído melhor, não o terá feito por mal mas deve dizer que não foi correto pela forma como se dirigiu. Sobre esta questão do Foral, considera que ela já foi esclarecida anteriormente. Mas não pode deixar passar em claro a questão da dúvida, se existe ou não existe. Não lhe admite nem a ninguém que se faça um juízo de valor sobre a intenção do executivo em não comemorar aquilo que consideram o Foral de Atei. Entende que têm todo o direito de pensar aquilo que entenderem mas não têm o direito de dizer que o executivo não quer comemorar. Terminou lamentando que o deputado municipal João Alarcão, tendo sido convidado duas vezes para pertencer à Comissão para dar o seu contributo num tema tão importante não apareceu e depois se pôs a correr por fora a insinuar e a atribuir juízos de valor que não são honestos nem corretos. Louva o apreço que o senhor Carlos Rodrigues tem pela sua aldeia, só lhe fica bem, acha que é uma atitude nobre mas isso não deve ser utilizado para ofender os outros. Pode-se defender a nossa terra mas não é preciso entrar no insulto. Quanto ao senhor deputado Francisco Ramos que falou aqui na questão das urgências, referiu que verdadeiramente Mondim nunca teve urgência, teve um serviço de atendimento permanente. Considera que na área da saúde há muito trabalho a fazer e acha que, aqui sim, se deviam discutir questões que são muito importantes para as pessoas. Não o deixa tranquilos os relatos que teve e que presenciou no centro de saúde. Fez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

uma pressão enorme para ser recebido na ARS Norte e diz com alguma satisfação porque tem a consciência que, se o Presidente da Câmara de Mondim não tivesse lutado e chateado a ARS, neste momento não tinha lá o médico. Teve pena de não ver outras pessoas com outras responsabilidades a fazer o mesmo porque isso é que enobrece a política. É quando se é capaz de ver os problemas e esquecer questões menores e lutar para melhorar a vida das pessoas. E a saúde é certamente aquela que está no topo das prioridades das pessoas. -----

A deputada municipal Marília Coelho Ribeiro Costa usou da palavra para dizer que, mais uma vez, o senhor Presidente da Câmara ofendeu a sua dignidade pessoal ao dizer que anda com a mania de se meter com a Escola de Música. Referiu que ainda não lhe foi diagnosticada nenhuma doença psíquica e que o que quer é que o senhor Presidente da Câmara a informe da data da aprovação do regulamento da Escola de Música que consta da página do município – a data de aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal. Isto não é uma mania, é um direito que lhe assiste enquanto membro desta Assembleia, sendo, para seu entender, um assunto de relevante interesse porque o que constitui interesse para uns não constitui interesse para outros. É uma questão de perspetiva. Terminou dizendo que ouviu o senhor Presidente da Câmara hoje aqui dizer muitas vezes que as intervenções feitas pela oposição são sempre ofensivas. Perguntou como é que classificava as intervenções proferidas pelo senhor Presidente da Câmara nesta assembleia. Qual será outro sinónimo de ofensa? -----

O deputado municipal Carlos Alberto de Oliveira Rodrigues usou da palavra para pedir desculpa ao senhor Presidente da Câmara e se houve alguma coisa que tenha sido menos correta ou que tenha passado por cima de alguma formalidade, pediu desculpa mas é a primeira vez que se vê nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

situação. Não é licenciado em história, nem tenho curso nenhum, mas felizmente é uma pessoa informada. Lamenta que um documento, que no dia três de junho vai fazer quinhentos anos, e que nunca ninguém pôs em causa a veracidade daquele documento, agora, de quem menos, se esperava seja posto em causa porque Atei teve foral. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara, como não tem argumentos, faz o seu papel de vítima e acrescentou que o seu tom de voz é normal. Reafirmou que a proposta para o hotel das rãs era do Partido Socialista e não do Fernando Gomes. Acrescentou que o que disse ao senhor vereador Paulo Mota foi que as questões de propaganda eleitorais e promessas da Junta de Freguesia eram para ser discutidas na Assembleia de Freguesia. Terminou dizendo que ninguém estava na Assembleia a insultar o senhor Presidente da Câmara, que muitas vezes não tem argumentos, e que parece que a palavra corrupção o incomoda muito. Apenas fez menção ao que está no Código da Contratação Pública não estando a ofender o senhor Presidente da Câmara nem a chamá-lo de corrupto e que se o senhor Presidente considera que está transparente, que está cumprindo tudo, não se incomode com isso, fique tranquilo. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para se referir à via do Tâmega, solicitando um esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara. Entende que, como já referiu, esteve-se quatro anos agarrado à barragem e perdeu-se a oportunidade de exigir aquilo que se devia exigir: a via do Tâmega pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

encerramento da linha do comboio. Considera que se se tivesse pedido logo no início, o governo socialista que faz tudo, que não encerra tribunais nem centros de saúde, fazia a via do Tâmega e não fez porque o governo socialista, na voz do senhor Paulo Campos, queria fazê-la através da barragem. Agora passam-se quatro anos, a EDP adiou a barragem e o senhor Presidente da Câmara ficou «sem pau nem bola» porque agora o atual governo cancelou essas obras por razões que o governo já justificou. Acrescentou que, uma vez que foi aqui indiretamente dito, a freguesia preocupou-se com o encerramento do centro de saúde como se preocupou com outras coisas. Mas a freguesia está limitada a acessos, principalmente a ministros, dificilmente a secretários, mas teve uma reunião em Lisboa com a secretária do vice-primeiro ministro e o que lhe foi informado foi que quem tem que resolver esta situação é o Presidente da Câmara e que há coisas para as quais o senhor Presidente da Câmara pede ajuda como foi o caso do tribunal mas que pelo centro de saúde, que é muito mais grave, não o fez. O problema do centro de saúde já existia há um mês e meio só que o senhor Presidente da Câmara não tinha dado conta. Foi preciso uma pessoa revoltada no centro de saúde publicar no facebook e resolveu logo a questão. Referindo-se ao que o senhor Presidente da Câmara disse sobre o deputado municipal João Alarcão que utiliza corridas laterais, lamentou que a Junta de Freguesia faça uma carta sem insultos, sem qualquer tipo de agressividade ou insinuações ao senhor Presidente da Câmara, mostrando-se disposta a estar junto da Câmara para o que fosse e, oficialmente, para a Junta, não houve nenhuma resposta educada mas o senhor correu para o facebook do PS atacar a Junta de Freguesia e a sua pessoa. Isto também não é leal: utilizar o seu nome como Presidente da Concelhia para atacar uma carta que a Junta de Freguesia dirigiu ao Presidente da Câmara porque a carta não foi dirigida ao Partido Socialista. Entende que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Presidente da Câmara deve utilizar esses canais – Câmara / Junta – pelo que apelou a que o senhor Presidente não fizesse as corridas laterais. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, e não querendo interferir na condução dos trabalhos, lhe parece que se está a falar sobre a correspondência. Acha que foi completamente adulterado o ponto da ordem de trabalhos. Acha que se tem de fazer aqui algum registo e pediu à Mesa que tivesse o cuidado de quando se fala de correspondência fala-se de correspondência. Má já que foi aqui uma vez mais referido, solicitou que o senhor Presidente da Junta não meta aqui a questão do facebook que não quer falar sobre isso. Nenhum presidente de junta o pode impedir de escrever com o seu nome aquilo que quer. Já foi violentamente atacado por pessoas anónimas que não deram a cara. Não ataca ninguém sem dar a cara. Portanto escrevo aquilo que quer, onde quer e põe sempre o seu nome. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata reunião de 28 de fevereiro de 2014 -----

A deputada municipal Maria Altina da Costa Carvalho usou da palavra para se referir a uma reunião realizada no dia oito de novembro em que teve de se ausentar e, muito bem, ficou em ata registada a sua saída, sendo que noutras reuniões viu deputados a saírem das reuniões e nada consta nas atas. Perguntou ao senhor Presidente da Assembleia se realmente só ela era mencionada ou se eram todos mencionados e como é que se irá fazer a partir de agora: ou se será retirado daquela ata a sua saída ou então a partir de agora terão de ser mencionadas todas as saídas. -----

O senhor Presidente da Mesa agradeceu a chamada de atenção e referiu que já tinha conhecimento da situação. Considera que a deputada tem toda a razão e que, se de facto foi assim, lamenta não se ter apercebido que na reunião anterior tivesse saído alguém. Se de facto foi a única, não houve nenhuma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

intenção por parte da Mesa e considera que todas as saídas devem ser registadas. Terminou dizendo que iria pedir mais atenção porque, da parte que lhe toca, nem sempre está atento às pessoas que saem mas deve ser registada a saída pela simples razão de que se houver votações faltaram votos. As saídas devem ser registadas por esta simples razão. Solicitou que as pessoas, quando saíssem, levantassem a mão para a Mesa se aperceber. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 28 de fevereiro de 2014 que foi aprovada por maioria, com treze votos a favor e quatro abstenções-**

2.2- Relatório de gestão e documentos da prestação de contas do exercício de 2013 -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para fazer uma breve explicação sobre o ponto da ordem de trabalhos em causa. Que se transcreve: *«Este é o melhor relatório de contas desde que estamos em funções de 2009 porque a dívida total tem um decréscimo, uma diminuição de dezassete por cento, portanto é a maior descida desde 2009 seguramente, e se reportamos para anos anteriores nunca a dívida diminui este valor e não esquecer que os encargos com a dívida são um peso muito importante nos encargos do município – menos dívida, menos encargos, mais dinheiro para investimento e para funcionamento. Em 2012 nós terminamos com dezasseis milhões e quinhentos mil euros de dívida total e terminamos 2013 com treze milhões e oitocentos mil. Esta dívida é uma dívida a longo prazo e que resulta sobretudo do plano de saneamento financeiro aprovado em 2010. Nós iremos durante algum tempo pagar as dívidas que herdamos quando chegamos ao município. A dívida de curto prazo diminuiu cerca de 85%, face ao ano anterior. O prazo médio de pagamento era no final de 2009 de dezasseis dias. A informação que obtive hoje no site da DGAL é que esse prazo agora é apenas de cinco dias mas o nosso objetivo é manter este prazo médio de pagamento sempre inferior a trinta dias. Temos conseguido, mas não sei se vamos conseguir manter sempre este prazo de cinco dias.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Este documento é marcado pela recuperação de um milhão setecentos e sessenta e três mil euros no ano passado e conseguimos diminuir e reduzir em vinte por cento o excesso de endividamento líquido de 2011 face ao ano anterior e isto permitiu-nos reaver essa verba que estava cativa em Lisboa e que foi toda utilizada para a amortização da dívida. Portanto a boa gestão que conseguimos nos anos anteriores refletiu-se no ano de 2013 porque naturalmente essa verba serviu integralmente para a amortização da dívida. Dizervos também que se somarmos os juros e as amortizações têm, em termos de percentagem, o mesmo peso que o custo com pessoal, cerca de trinta e dois por cento, o que é muito superior àquilo que é a rubrica de investimento, dez por cento. Isto é um fardo que nós vamos ter pelo menos até 2022 mas estamos e felizmente a conseguir reduzir a dívida e iremos reduzir até o montante considerado razoável, o limite que é permitido por Lei e que tem também oscilado em função. Em jeito de conclusão este documento regista uma evolução favorável dos indicadores financeiros apresentados no Relatório de Gestão muito positivos. No entanto, o Município continua ainda longe de alcançar os limites de endividamento líquido de médio e longo prazo que estão permitidos por Lei. Isto quer dizer que o caminho percorrido até aqui terá que forçosamente continuar, pois a meta ainda não foi alcançada». -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, referiu que se nota que nas despesas que a Câmara está praticamente sem qualquer margem para fazer muitas obras. Se é uma boa gestão, aquilo de que falou anteriormente na entrega do requerimento, nos ajustes diretos, a Câmara pode poupar muito mais ainda se consultar ou convidar duas ou três empresas em vez de convidar só uma, nomeadamente o caso da Deloitte ou o caso da retroescavadora. Salientou outra aspeto que é que no documento em apreço não estão os juros todos até 2022. Salientou que o senhor Presidente da Câmara sabe que a Câmara devia treze milhões e meio mas contraiu uma dívida que são os juros e até hoje ainda não disse qual o valor desses juros. Portanto, considera que aumentou a dívida, mas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

arranjou uma forma de aliviar os fornecedores, e muito bem, mas os juros são uma dívida, um passivo que se vai pagar ao longo deste período. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para perguntar como é que alguém diz que aumenta a dívida quando a seguir diz que diminuiu. Os juros até 2022 fazem parte de um contrato de saneamento financeiro que foi aprovado aqui na Assembleia, está devidamente rubricado pelos senhores vereadores na altura em funções, pelos membros da Assembleia e pelo Banco. Há é oscilações dos juros que decorrem do mercado de capital. Sobre a questão da Deloitte, referiu que não tinha a informação toda, e que não gosta muito da empresa porque é muito ligada ao mercado de capital e a esta questão da troika, mas a Câmara foi contactada e consultou alguns municípios que disseram que era prática corrente. Esta permanente suspeita de que a Câmara está a favorecer alguém é descabida, a Câmara não está a favorecer ninguém. O senhor Presidente da Junta de Freguesia fez uma intervenção mas sobre o relatório de contas não disse absolutamente nada, a não ser que disse que a Câmara estava a aumentar a dívida mas depois até disse que era favorável porque estava a reduzir. Relativamente à retroescavadora, o senhor Presidente da Câmara pediu ao senhor Vereador Paulo Mota para responder.--

O senhor Vereador Paulo Mota usou da palavra para em primeiro lugar, e sobre o relatório, dizer que acha um bocado estranho vir aqui dizer-se que se aumentou a dívida porque se tem de perceber os juros que se pagam. Questionou o senhor Presidente de Junta se tinha conhecimento da existência de algum credor fornecedor que espere um, dois, três, quatro, cinco meses sem receber sem cobrar juros e se acha que cobra juros abaixo daquilo que é praticado pela banca. Esclareceu a título de exemplo que, no espaço que durou entre conseguir fazer o empréstimo financeiro e o tempo que os credores estiveram à espera, um só fornecedor cobrou um milhão de euros de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

juros. Não há credores à espera de vários meses ou anos e a vir de boa vontade sem cobrar o juro. Quanto à questão do desmoronamento do muro de pedras do senhor Joaquim Veloso, considera que esta é uma questão tão pequenina que nem sabe se merece ser levada a esta Assembleia, mas que o que o leva a responder é esta suspeita que fica no ar. Entende que, se o senhor Presidente da Junta conseguiu pedir um orçamento para uma máquina em que diz que é muito mais barato, é preciso ver o serviço que foi solicitado. Referiu que, para o serviço que tem descrito por um técnico da autarquia, foi calculado que seria necessário um dia de giratória, um dia de camiã e está o transporte da giratória para lá. Se encontrou um fornecedor que transporta a giratória para lá de borla, ótimo. E, neste caso, está com a Junta: ficam ambos a ganhar. Agora é preciso notar se se está a falar do mesmo serviço. O orçamento que lhe foi enviado refere-se a um dia de giratória, o transporte da giratória para o local e um dia de camiã ou um dia de retro. É este o serviço que lhe foi dado. Relativamente ao disco, referiu que foi uma proposta que a Câmara fez, se a aceitou muito bem, não está aqui a pessoa com quem falou mas irá ser esclarecido e com certeza que não será por causa do disco que o serviço vai deixar de ser feito. Salientou que a Câmara gere o seu dinheiro, sabe o aperto que passa, lançou o desafio. A informação que teve foi que a Junta de Freguesia aceitou e só por isso é que recebeu um mail dos serviços da Câmara a dizer o disco é este porque ficou no ar essa informação. Se houve algum mal-entendido vai ser resolvido. Terminou dizendo que seria bom também que o senhor Presidente da Junta falasse ali, já que gosta de falar de situações concretas, sobre situações que correm bem. Se calhar se fossem aqui faladas e se fosse adotada uma postura que, muitas das vezes, vem desse lado, então aí teria que se falar porque se calhar, numa segunda-feira após uma assembleia, o Presidente da Junta tinha iniciado uma obra em terreno público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sem qualquer tipo de licenciamento. E qual foi a atitude da Câmara? Foi fazer uma denúncia ao tribunal? Não. Foi colaborar com a freguesia. A Câmara chegou lá e verificou que efetivamente essa obra era necessária e fez-se um desenho. Se a Câmara quisesse implicar embargava a obra. Porque é que não fala das coisas que correm bem? Se esta troca de orçamentos servir para resolver o problema ao senhor Joaquim Veloso que, pelo ofício que aqui está, a Junta de Freguesia define como muito prioritário e colocando em perigo a vida de crianças, se servir para resolver esse problema, muito bem, nós já ficamos satisfeitos. E aí é que está a definição de prioridades. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, como não tem argumentos, dá as suas voltas que sabe dar, está bem treinado. Referiu que falou sobre o relatório de contas, falou em boa gestão e deu um exemplo. Agora há uma coisa: quando o orçamento foi solicitado estava incluída a giratória e o camião mas a freguesia colocou o seu transporte. Isto é que é fazer um bom orçamento. Não está a pôr em causa o orçamento do senhor vereador, está a colocar em causa que não são pedidos mais orçamentos. Não disse que o senhor Presidente da Câmara conhecia alguém da Deloitte ou de outras empresas. Considera que o senhor Presidente da Câmara tem a mania de tentar deturpar aquilo que diz para o difamar junto do povo. E referiu que há credores que entram em negociações e não é ficar cinco ou seis anos sem pagamento, há planos de pagamento com os credores. A título de exemplo referiu que a Junta de Freguesia teve um acordo com um credor e não pagou um tostão de juro. Ninguém falou em ficar sete anos sem pagar. Para terminar, referiu que não estava a insinuar nada, apenas estava a colocar as questões como devem ser colocadas. E deve se pedir mais orçamentos, deve-se ter mais cautela, podia ter sido consultada a freguesia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

para saber se tinha meios para ajudar na remoção das terras e das pedras. Relativamente ao facto do senhor vereador Paulo Mota ter dito que a escadaria era uma coisa necessária pelo que não iria ser embargada, referiu que há quatro anos que a Junta de Freguesia está a alertar a Câmara desta situação e a Câmara chegou lá, viu Junta fazer e achou que realmente era necessária. Acrescentou que a Câmara não entrou logo a colaborar, ligou a perguntar se a Junta tinha licenciamento ou projeto e foi-lhe respondido que não tinha. A Junta de Freguesia tinha solicitado por carta autorização e a Câmara não deu resposta. Como era uma situação necessária, se calhar abusou, foi lá e fez, e disse que não fazia projeto nem licenciamento porque essa escadaria era necessária. Terminou dizendo que se o senhor vereador quiser embargar a obra, embargue, mas que não a embargou porque não teve coragem. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, sobre a escada, o senhor que mete sete requerimentos, assume aqui que faz as obras sem licenciamento, fica em ata que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim assume, ao fim de uma hora, e de exigir aqui do executivo sete requerimentos, assume aqui que faz uma obra sem pedir licenciamento. E mais: a fazer uma obra que não cumpre as normas de segurança e tem de ser um técnico da Câmara a fazer o projeto e a adequar o projeto àquilo que são as necessidades das pessoas porque os técnicos da Câmara são competentes e fizeram aquilo que lhes competia: uma escada onde passam pessoas tem degraus de uma determinada dimensão, há normas, há regras. E o senhor Presidente da Junta acabou por dizer aqui aquilo que já toda a gente sabia: é que não cumpre as regras, exige dos outros mas é o primeiro a incumpri-las. Está aqui constantemente a falar nos regulamentos, nas atas, mas no site da Junta desde de 2010 que a Junta de Freguesia não tem lá as atas e não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nenhum regulamento. Considera que exige dos outros aquilo que não consegue e não quer cumprir. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que não tem qualquer problema em meter requerimentos e que os membros do Partido Socialista colocaram requerimentos na Junta e tiveram resposta dentro do tempo e que o senhor Presidente da Câmara, durante quatro anos, não deu resposta aos requerimentos, e neste momento já está em falta a um requerimento. Esclareceu que o site da Junta não tem a informação porque está em remodelação, e que a Câmara Municipal foi classificada no lugar duzentos e setenta e dois dos municípios com menos transparência. -----

O senhor Presidente da Câmara referiu que o indicador de que o senhor Presidente da Junta falou não é índice de transparência e que dizer, ao fim de dois mandatos, que o site está em remodelação é exigir dos outros aquilo que não se consegue cumprir porque quem vem aqui falar de transparência devia ter um site da junta onde as atas estão lá. A Câmara Municipal é um exemplo em termos de transparência. Concluiu dizendo que não lhe metia nenhum requerimento sobre as escadas porque era diferente: entende que as escadas são necessárias às pessoas. Nesta questão das escadas, ficou patente a questão da postura entre a Câmara Municipal, que colaborou com a Junta, disponibilizou os meios e estão lá as escadas para as pessoas se servirem. Se fosse ao contrário o senhor Presidente da Junta tinha outra postura, embargava e ia ao Ministério Público e as escadas não estavam feitas. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do Relatório de gestão e documentos da prestação de contas do exercício de 2013 que foi aprovado por unanimidade.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.3- Quarta Modificação ao Orçamento e Primeira Revisão Orçamental de 2014 -----

Não havendo intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Quarta Modificação ao Orçamento e Primeira Revisão Orçamental de 2014 que foi aprovada por unanimidade. -----

2.4- Renovação da deliberação da Assembleia Municipal para autorização de abertura de um procedimento concursal – Técnico Superior em Sociologia -----

Não havendo intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Renovação da deliberação da Assembleia Municipal para autorização de abertura de um procedimento concursal – Técnico Superior em Sociologia Alteração que foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e uma abstenção. -----

A deputada municipal Marília usou da palavra para fazer a sua declaração de voto no sentido da abstenção que se passa a transcrever: *«À luz do conhecimento da estratégia levada a cabo pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, logo no seu primeiro mandato de governação, e concretamente no que diz respeito à anulação de despacho de procedimento do concurso para o provimento de três postos de trabalho, que, diga-se em abono da verdade, ainda não compreendi tal atuação, dado que; dois deles ficaram a trabalhar nas áreas para as quais tinham sido recrutados, pagos pelo município com verba transferida para a cooperativa mais social, com a agravante que um dos concorrentes admitido, nomeadamente, o João Paulo Martins Loureiro, não foi recrutado pela cooperativa mais social, do que resultou, uma contestação, processo número 89/10.4 BEMDL, do qual, já se gastou uma elevada quantia, paga pelo município, para defesa processual, do qual se aguarda decisão final. À luz do exposto não torna-se de difícil*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

compreensão a referida renovação de deliberação para a autorização da abertura processual de Técnica Superior de Sociologia, até porque a atual situação financeira de endividamento do município não deverá estimular maior investimento e encargos por parte da autarquia. Neste sentido, e porque se afigura de difícil compreensão optei pela pelo voto de abstenção». -

2.5- Protocolo a outorgar com a Freguesia de Vilar de Ferreiros -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para se congratular com esta atitude porque acha que é assim que se deve colaborar com as freguesias, apoiando financeiramente e tecnicamente, de uma forma que não sobrecarregue os serviços municipais. Espera que este procedimento feito com a Junta de Freguesia de Vilar se espelhe nos outros pedidos das outras juntas de freguesia e espera que quando a freguesia de Mondim de Basto solicitar um protocolo que tenha o mesmo tratamento. -----

O senhor Vereador Paulo Mota usou da palavra para esclarecer que, nas mesmas condições, todas as juntas serão tratadas por igual, mas que, neste caso, não foi a junta de freguesia que solicitou, muito pelo contrário, a Câmara é que solicitou à Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros a colocação destes contadores sendo essencial a colaboração do funcionário da junta. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do Protocolo a outorgar com a Freguesia de Vilar de Ferreiros que foi aprovado por unanimidade.** -----

2.6- Reconhecimento de interesse público na utilização em Agroturismo de moradia sita na Quinta do Campo, lugar do Pombal, freguesia e concelho de Mondim de Basto -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para se congratular com a celeridade do processo, pela necessidade e pelo interesse para o município na classificação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

deste património de interesse turístico para o concelho. Da mesma forma deixou um apelo porque conhece algumas pessoas que estão à espera de soluções para os seus problemas que se arrastam há mais de um ano. Este processo iniciou a 20 de fevereiro e em 17 de abril já estava resolvido. Da mesma forma espera que as outras questões tenham a mesma celeridade. E não pode deixar de referir que a escadaria anteriormente referida também era de interesse para todos e levou quatro anos para ser concretizada e não foi de forma legal. Se tivesse sido dada uma resposta com a mesma celeridade que neste caso, as coisas teriam sido diferentes. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do Reconhecimento de interesse público na utilização em Agroturismo de moradia sita na Quinta do Campo, lugar do Pombal, freguesia e concelho de Mondim de Basto de Vilar de Ferreiros que foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor e duas abstenções.** -----

O deputado municipal Declaração de voto Francisco Miguel Barros da Silva Ramos fez a sua declaração de voto no sentido da abstenção motivada pelo não conhecimento integral nos contornos do procedimento do pedido de ocupação de solo classificado e do próprio processo de licenciamento da operação urbanística. No entanto a abstenção não colide com a eventual atribuição de interesse público do referido projeto o qual sem qualquer dúvida é uma mais-valia para o concelho, solicitando porém que em outras situações de natureza idêntica, quer pelo executivo camarário, quer por esta assembleia sejam utilizados iguais critérios. -----

A deputada municipal Marília usou da palavra para fazer a sua declaração de voto no sentido da abstenção que se passa a transcrever: « *Considerando que a atividade dos membros da Assembleia Municipal visa o integral cumprimento da*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Constituição da República e demais legislação ordinária, com a observância dos princípios da legalidade, da igualdade, da imparcialidade, da justiça, e da proporcionalidade, tendo em vista a prossecução do interesse público, defesa e promoção dos legítimos interesses da população dos concelhos, e, dado que desconheço qualquer regulamento que defina os critérios a contemplar nas ações e/ou meios para a definição de reconhecimento de interesse público, nomeadamente para o nosso concelho optei pelo voto da abstenção. Contudo, sugiro que se elabore um documento que regule o que se poderá ou não integrar como interesse público para o nosso concelho, e posteriormente decidir sobre este ponto de ordem.» -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que os processos que podem estar na Câmara em apreciação não estão parados. Este processo não foi tratado de forma diferente dos outros processos. Viu aqui algumas intervenções que vão nesse sentido e tem que desmentir isso: este processo não foi tratado de forma diferente e se há processos que estão há um ano em apreciação é porque o requerente muitas vezes não envia para a Câmara todos os dados que lhe são solicitados pelo que não fique aqui a ideia de que os processos estão na Câmara há um ano e parados. Isso não é verdade. Tem que uma vez mais defender os serviços. Este processo veio agora aqui porque reunia as condições e os requisitos necessários. Quanto à intervenção da senhora deputada Marília, também não conhece nenhum regulamento porque confia nos técnicos e existem regulamentos municipais, leis, decretos-leis e portarias. Aconselhou-a a confiar e nos técnicos e verá que não é trazido aqui nada que não cumpra a lei. Terminou dizendo que o desconhecimento da Lei não serve de atenuante para não votarmos ou para não apreciarmos um determinado processo. -----

2.8- Informação do Executivo -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que relativamente às respostas que obteve ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

requerimento que deu entrada na Assembleia de 28 de fevereiro, havia três pedidos de esclarecimento. Um deles não está aqui esclarecido: quais são os advogados que estão adstritos a cada processo. Não há esta informação. Já para não dizer que está aí um requerimento sobre um pedido de esclarecimento sobre uma receita ou não de entrada no Relatório de Contas e também não foi dado esse esclarecimento. Questionou: o que é que adianta ter um site com as atas e outros documentos se no local onde se deve dar esclarecimentos esses não são dados? É essa a diferença da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal: é que na Junta de Freguesia são dados todos os esclarecimentos, na hora ou antes do tempo. E aqui não. Aqui é: Vá ao site. E chega-se ao site e não se encontram as respostas a estes requerimentos. É isso que lamenta. O seu desejo é que as coisas sejam cumpridas dentro da Lei porque estão aqui numa Assembleia onde é fiscalizado o funcionamento da Câmara no bom sentido. Esta Assembleia é o local de esclarecimentos, de deliberações, estando os deputados aqui a cumprir a sua função de membros de uma Assembleia Municipal. Exige essas respostas, se não forem dadas usará outras entidades porque a Lei lhe confere isso também. -----

A deputada municipal Marília usou da palavra para fazer a seguinte intervenção: «Depois de analisada merece o seguinte apreço: *Fico satisfeita com o volume de ação do município. Contudo numa análise mais refinada constato o seguinte: Grande parte das ações desenvolvidas, nomeadamente no que diz respeito ao ponto V Iniciativas Municipais, que com todo o respeito pelo seu interesse e relevância, merece a seguinte formulação: Porque é que a Câmara Municipal não direciona a dinamização destas e de outras iniciativas para os parceiros locais (juntas de freguesia, associações, IPSS, e outras)? Do meu ponto de vista, ficaria a Câmara com mais tempo disponível para organizar equipas e assim poder estudar, conceber e dinamizar projetos para a comunidade, de forma a criar emprego e fortalecer a economia local. Quanto à iniciativa auscultação dos agentes*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

municipais quero fazer o seguinte observação: Estive presente na referida sessão de trabalho. Sintetizando o trabalho desenvolvido, constou de uma sessão de esclarecimento ao processo de visão e operacionalização às possíveis candidaturas, ao apoio do programa dos fundos comunitários QEC.2014-2020, que possam fortalecer de forma sustentável o desenvolvimento da região. Se bem me lembro, os fatores identificados como alavancas para o desenvolvimento do concelho identificado foram o turismo e a exploração sustentada da nossa floresta. Lembro do senhor presidente da junta de freguesia de Mondim de Basto, ter perguntado ao senhor presidente da Câmara, sobre qual seria a estratégia que a Câmara teria definido para o desenvolvimento do nosso concelho. E também me lembro do senhor Presidente da Câmara ter respondido que a sua função na sessão de trabalho não era apresentar as suas ideias para o plano de desenvolvimento, mas sim, integrava a sessão de trabalho, para ouvir as opiniões dos presentes sobre a temática abordada. Assim sendo, parece-me forasteiro que se afirme o seguinte: “os contributos apresentados vão agora integrar o plano estratégico de Desenvolvimento intermunicipal do Ave (PEDI Ave)” sem que esta assembleia municipal os conheça e o reflita, dado que se afigura como um documento tão importante para o futuro do nosso concelho. Assim sendo, e para que se possa conhecer, debater e propor estratégias de desenvolvimento local, requerer-se uma cópia da proposta do documento estratégico de desenvolvimento local que vai integrar a Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do AVE) ao próximo ciclo de programação dos fundos comunitários QEC 2014-2020. Por ultimo: Fiquei estupefacta com o ponto VI processos judiciais pendentes. Vou fazer aqui uma pequena anotação; disse o senhor presidente da Câmara na reunião de Assembleia Municipal do dia seis de dezembro, que eu, Marília Coelho, tenho um grande historial de queixas e participações nos diferentes órgãos por onde passo ou ando, e acrescenta, ainda o seguinte, que nunca consegui resolver nada, que nunca acrescentei nada, que só armei confusão por onde andei ou passei. Interpretando agora estas afirmações, fico deveras muito preocupada. Dado que não apresentei ao senhor presidente da Câmara a informação sobre a minha atividade pessoal, quais terão sido os meios de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

dispôs para alcançar tais informações? Se bem que, distorcidas. Tudo isto para dizer o seguinte, atenção senhor presidente da Câmara, o historial judicial vai longo e pode-se tornar ainda maior. É caso para questionar: Será que o senhor Presidente da Câmara enquanto responsável pelo nosso concelho, não anda a fazer confusões por aí? Será que vai acrescentar alguma coisa ao município? Será que vai resolver alguma coisa ao município? Será que com os aproximados 31 mil euros, a três anos, chegam para pagar à advogada contratada? Será que não teremos que continuar a pagar pareceres externos à advogada contratada, para defender as tantas ações? O volume de pagamentos em pareceres processuais já é elevado senhor presidente da Câmara. Comportará o estado financeiro atual do município, tais comportamentos? Permaneço atenta a este assunto». -----

2.8- Intervenção do público -----

O cidadão Fernando Avelino Oliveira Silva, usou da palavra para se referir a duas situações. A primeira situação, porque acredita que vive num concelho que é Mondim para Todos, acredita que os munícipes são tratados todos por igual, acredita que há respostas (as pessoas merecem resposta), vai nos sentido de referir que quando mencionou que queria expor este assunto a esta assembleia houve logo a preocupação, de quem tem responsabilidades, de procurar os requerimentos, os ofícios, para dar aqui a resposta. Por isso é que vem cá, porque quer que lhe seja dada uma resposta. A sua questão vem de há algum tempo, tempo falado na Câmara com os assessores, com o vereador, com uma panóplia de gentes, com o responsável pela divisão que lhe disse que este assunto era resolvido pelo senhor presidente e pelo senhor vereador. Este seu problema prende-se com um muro seu em que a água das valetas lhe descalçou o muro que confronta com a estrada. Deslocou-se à Câmara para saber se aquilo era da sua responsabilidade pessoal ou era da responsabilidade da autarquia. Até hoje, passados nove meses do requerimento, ainda não obteve uma resposta. Mais quer saber se todos os munícipes que fazem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

requerimentos são tratados da mesma forma que é sou tratado. Quer saber porque é que é discriminado, porque é que não tem uma resposta. Acrescentou que recentemente foi falar com o responsável da divisão, pois tinham colocado terra no muro a disfarçar todos os buracos no descalçamento, para saber quem foi o responsável. Foi informado que foi alguém da Câmara que despejou lá terra. A sua segunda situação prende-se com a questão da água. Não tem água pública mas queria ter. Lamenta que neste concelho, quando se chega ao verão, muitas pessoas não têm água. A ETA está lá, não está a funcionar. A água é um problema e para ter água teve que recorrer a outras soluções mas há reforços de subsídios de sessenta mil euros e oitenta e um mil euros que está definido para abastecimentos. É uma questão de opções. Respeita mas discorda. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar esclarecimentos ao munícipe Fernando Avelino Oliveira Silva. Acha que as coisas devem ser tratadas de uma forma correta e que a intervenção do Senhor Fernando Silva não foi a intervenção de munícipe, foi a intervenção de um deputado. No início da sua intervenção, quando foi interpolado pelo senhor Presidente da Assembleia, referiu que queria tratar de obras particulares e o que fez aqui foi uma intervenção política. Fez uma insinuação sobre os serviços da Câmara. O senhor Presidente referiu que desconhecia este requerimento, que passam por si centenas de requerimento por ano, e que o senhor Fernando Avelino Oliveira Silva é tratado da mesma forma que qualquer munícipe. Tem aqui na posse do senhor vereador uma proposta, porque as coisas na Câmara, dada a complexidade e a burocracia que existe são tratadas de uma determinada forma. Todos gostaríamos que as coisas funcionassem de forma mais célere e batalhamos por isso todos os dias. Mas isso não implica que possa vir aqui e acusar a Câmara de estar a ser-lhe dado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

um tratamento desigual. Isso não é verdade. Acrescentou que o que está em causa é que tem aqui uma proposta de decisão de 14 de abril de 2014 do chefe de divisão e que qualquer requerimento que entra na Câmara e que tem implicações financeiras não pode muitas vezes ter uma resposta imediata. Porque se o muro custa três mil e quinhentos euros é preciso ter esse valor no orçamento. Os requerimentos que não têm uma implicação financeira têm uma resposta célere. O referido requerimento deu entrada a 23 de agosto de 2013 e seguiu para a respetiva divisão, tendo sido elaborada uma proposta de decisão ao requerimento. É assim que as coisas funcionam. Se disser que de agosto para cá foi muito tempo, se calhar é. Terminou dizendo que poderia ver qual foi o percurso no sistema informático da Câmara conjuntamente com o senhor Fernando Avelino Oliveira Silva. Considera que vir aqui com esse ar indignado de vítima e insinuar que foi alvo de perseguição isso não é verdade. Não houve nenhuma discriminação. Relativamente à questão da falta de água, lamenta mas entende que lhe fugiu logo a palavra para a política quando veio falar aqui da ETA. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas e 20 minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 25 de junho de 2014, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----
